

'Em Alagoas, bebê com cardiopatia está fadado à morte'

Rede pública de saúde não tem estrutura para tratar de recém-nascidos diagnosticados com problemas cardíacos

THAYANNE MAGALHÃES
REPÓRTER

Por determinação do Ministério da Saúde, a realização do Teste do Coraçãozinho agora é obrigatória nos hospitais públicos de todo o país. A portaria foi publicada no Diário Oficial da União no dia 11 de junho passado. Mas, apesar da importância do exame, faltam médicos capacitados e equipamentos suficientes para a realização do teste nas maternidades públicas de Alagoas. "A criança com cardiopatia em Alagoas está fadada a morrer. Se não houver uma intervenção do Ministério Público para 'obrigar' que o recém-nascido seja tratado em algum hospital particular, ele certamente vai morrer na fila de espera. Somente no ano passado, foram registrados oito óbitos de crianças diagnosticadas com problemas cardíacos", afirma a médica visitadora da Unidade Neonatal do Hospital

Universitário (HU), Ana Maria.

A pediatra afirma ainda que o problema não está somente em Alagoas. Segundo Ana Maria, crianças de todo o país aguardam Tratamento Fora do Domicílio (TFD), mas a falta de leitos para a realização das cirurgias ou transplantes culmina na morte de muitos pacientes.

O HU deve realizar concurso público no próximo semestre e, de acordo com a médica, haverá uma vaga para cardiologista infantil. "A questão não é a realização do teste do coraçãozinho. Alguns hospitais públicos têm o equipamento necessário. O problema é que, se for detectado algum problema cardíaco no recém-nascido, ele não terá como passar pelo ecocardiograma, porque não existe o equipamento para a realização desse exame em bebês em todos os hospitais", explicou.

Em contato com o cardiologista José Wanderley Neto, constata-se que a situação é

ainda pior. "Os hospitais não querem investir em cardiologia pediátrica. Não temos profissionais capacitados, nem estrutura para atender pacientes na área. As crianças e os idosos são quem mais sofrem com essa situação", afirmou o médico.

"O Ministério da Saúde diz que se não houver atendimento onde estiver o paciente, que ele seja encaminhado para outro hospital. Mas a fila é muito grande. Não temos leitos, enfermeiras e nem UTIs pediátricas para atender a demanda de pacientes", concluiu o médico.

Para o doutor Ricardo César, diretor médico do Hospital do Coração, a obrigatoriedade do Teste Coraçãozinho pode contribuir consideravelmente para a redução da taxa de mortalidade neonatal. "É preciso que a sociedade tome conhecimento do exame para que as pacientes cobrem dos seus médicos a realização do teste em seus bebês ainda na sala de parto", afirmou o cardiologista.



Paciente deve ser transferido para hospital que tenha atendimento adequado para ele, mas não há leitos, nem UTIs suficientes



SANDRO LIMA

Para a médica Ana Maria é preciso haver uma intervenção do MP para evitar as mortes de recém-nascidos na fila de espera

NÚMEROS

Criança com problema cardíaco recebe alta sem diagnóstico

De acordo com dados da Sociedade Brasileira de Pediatria de Alagoas, entre 30% e 40% dos bebês que têm problemas cardíacos graves, recebem alta das maternidades sem o diagnóstico. Uma em cada mil crianças sofre de cardiopatia congênita crítica, problema que responde por cerca de 10% dos óbitos infantis e de 20% a 40% dos óbitos decorrentes de malformações.

"O procedimento é simples, rápido e indolor, mas, por ser ainda uma tecnologia nova, leva um tempo até que os profissionais absorvam e incorporem à rotina", justifica Ricardo César.

De acordo com a assessoria de comunicação da Secretaria de Estado da Saúde (Sesau), "os técnicos da saúde ainda vão passar por capacitação e os hospitais ainda irão reee-

ber os equipamentos necessários para a realização do exame". Já a assessoria de comunicação da Maternidade Escola Santa Mônica, informou que o equipamento existe em algumas maternidades públicas, porém, a prática não é tão comum. "Os recém-nascidos podem realizar esse exame ainda no leito, junto da mãe. Esse teste pode identificar problemas cardíacos que podem vir à tona ainda no primeiro mês de nascimento, no entanto, não existe equipamento suficiente para todas as unidades públicas de saúde. Apesar da obrigatoriedade do Ministério da Saúde, é preciso analisar a estrutura e as condições dos hospitais públicos, o isso pode levar um tempo", explicou a assessoria.

Ainda não há previsão de quando o teste se tornará obrigatório nas maternidades

públicas de Alagoas.

"Já estivemos reunidos com a Sesau e o Estado já começou a se articular junto com o Município para que o exame comece a ser realizado nas maternidades públicas", informou a coordenadora do Programa da Saúde da Criança da Capital, Alda Tenório. Segundo ela, independente de ser particular ou público, os hospitais serão cobrados para que se comece a ser feito o teste em todos os recém-nascidos o quanto antes.

"A portaria do Ministério da Saúde chega até nós e nós encaminhamos para todas as maternidades, independente de serem públicas ou particulares", explicou.

Alda disse ainda que as maternidades que possuem os equipamentos, já devem realizar o exame em todos os recém-nascidos.

CORAÇÃOZINHO

Teste mede a oxigenação do sangue e os batimentos cardíacos do bebê

O exame de Oximetria de Pulso, mais conhecido como Teste do Pezinho, serve para detectar e prevenir problemas cardíacos em recém-nascidos, e consiste em medir a oxigenação do sangue e os batimentos cardíacos do bebê com o auxílio de um oxímetro - espécie de pulseirinha - instalado nos primeiros dias de nascimento no pulso e no pé.

O que se espera, é que junto com o Teste do Coraçãozinho, as maternidades públicas tenham também estrutura para tratar dos recém-nascidos diagnosticados com problemas cardíacos. E que as mães dessas crianças não vivam a aflição de imaginar que seu filho está fadado à morte por nascer com alguma cardiopatia.

IMPORTANTE SABER
Outros testes fazem parte da triagem neonatal obrigatória nas maternidades

públicas, entre eles o Teste da Orelhinha, que se tornou obrigatório em 2010 e deve ser feito prioritariamente durante o primeiro mês de nascimento. Ele é realizado por fonocardiólogos e dura de três a cinco minutos. O exame é indolor, pode ser realizado com a criança dormindo e ocorre por meio de um pequeno fone colocado na parte externa do ouvido do bebê. Este fone é capaz de gerar estímulos sonoros que mostram como o ouvido do recém-nascido reage aos sons.

O teste do Pezinho, também obrigatório na rede pública, é um exame feito a partir de sangue coletado do calcanhar do bebê, permite identificar doenças graves, como: o hipotireoidismo congênito, doenças metabólicas e doenças que afetam o sangue. Geralmente são doenças que não apresentam sintomas no

nascimento e, se não forem tratadas cedo, podem causar sérios danos à saúde, inclusive retardamento mental grave e irreversível. Esse teste deve ser feito a partir de 48 horas de vida até 30 dias do nascimento da criança.

Outro teste recomendado pelos pediatras é o Teste do Olhinho, que ainda não é obrigatório na rede pública de saúde, mas algumas maternidades e hospitais da rede pública de saúde do Brasil já o oferecem. Ele deve ser feito nas primeiras 24 horas de vida do bebê e se trata de uma luz direcionada ao olho da criança a uma distância de 20 centímetros, que deve refletir um tom vermelho semelhante ao observado em fotografias com flash. Caso a cor seja opaca, branca ou amarelada, significa que o recém-nascido possui alguma patologia e que deve ser tratada.



Procedimento para realização do Teste do Coraçãozinho em recém-nascidos é simples, rápido e indolor